

# Muito além da mineração: faces da história de Parauapebas na década de 1980

## Beyond Mining: faces of Parauapebas history in the 1980s

**David Durval Jesus Vieira**

Graduado em História (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal do Pará - UFPA, mestre em História Social da Amazônia pela UFPA (2015).

**Resumo:** Este trabalho trata da análise de notícias do jornal “Diário do Pará” que mostram que a “Revolta dos Garimpeiros” não foi a única tensão social ocorrida em Parauapebas na década de 1980. Parte da literatura sobre a história de Parauapebas destaca esta revolta e as dificuldades orçamentárias deste núcleo urbano para reverter os prejuízos decorrentes dela como principais fatores que levaram à luta pela emancipação da cidade, que era dependente administrativamente de Marabá. No entanto, esta literatura aparentemente desconsiderou algumas notícias de jornais da década de 1980. Observadas estas notícias, percebe-se que a emancipação de Parauapebas em 1988 estava longe de ter uma relação direta com a “Revolta dos Garimpeiros” ocorrida em 1984. A análise das fontes históricas deste trabalho faz parte da execução do projeto de pesquisa “Parauapebas: migração e cidadania (1984-1988)”, que investiga a história da emancipação da cidade com base em vestígios desse período, como jornais, revistas, fotografias, documentos da administração pública, por meio de metodologias próprias do ofício do historiador, epistemologia dialética e análise crítica e qualitativa.

**Palavras-chave:** Grandes projetos, migração, Parauapebas.

**Abstract:** This paper deals with the analysis of news from the newspaper “Diário do Pará” which shows that the “Garimpeiros Revolt” was not the only social tension that occurred in Parauapebas in the 1980s. Part of the literature on the history of Parauapebas highlights this revolt and the budgetary difficulties of this urban nucleus to reverse the damage resulting from it as the main factors that led to the struggle for the emancipation of the city, which was administratively dependent on Marabá. However, this literature apparently disregarded some newspaper news from the 1980s. Observing this news, it can be seen that the emancipation of Parauapebas in 1988 was far from having a direct relationship with the “Garimpeiros Revolt” that occurred in 1984. The analysis of the historical sources of this work is part of the execution of the research project “Parauapebas: migration and citizenship (1984-1988)”, which investigates the history of the city’s emancipation based on vestiges of this period, such as newspapers, magazines, photographs, documents of the public administration, by means of methodologies proper to the historian’s craft, dialectical epistemology and critical and qualitative analysis.

**Keywords:** Big projects, migration, Parauapebas.

## Introdução

A partir do encaminhamento de uma atividade dirigida a estudantes do 1º Ano do Ensino Médio de cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Campus Parauapebas, percebeu-se uma carência em termos de pesquisa sobre a história do município. Tratava-se de uma atividade referente à pesquisa de possíveis patrimônios históricos de Parauapebas, tombados, em processo de tombamento ou que conforme a análise dos estudantes mereceria uma atenção especial do poder público. Para fazer tal pesquisa, os estudantes foram divididos em grupos, apresentando os seus temas em sala de aula. No entanto, foi recorrente a reclamação de que há poucas fontes para o estudo da História de Parauapebas, estimulando-nos a iniciar uma pesquisa sobre a história do município, no primeiro semestre de 2018.

Na Biblioteca Municipal Hernani Guimarães Teixeira, havia o artigo *A História do Município de Parauapebas*, de Hernani Teixeira e Breno Santos, na revista *Cadernos de Educação: órgão informativo da Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas (SEMED)*, nº 2, publicado em 1990; e o livro *A História de Parauapebas: força e trabalho no Carajás*, de Miguel Reis, lançado em 2016. Ambos tratavam da população indígena na região, a intensificação da exploração mineral na Serra de Carajás, a construção de Parauapebas e a emancipação do município. Contudo, Teixeira e Santos (1990: 24) enunciam que “não podem, nem querem”, serem chamados de historiadores, pretendendo apenas apresentar um “depoimento” sobre essa história, para que se façam “abordagens mais ricas e se criem diferentes versões”. Semelhantemente, Reis (2016: 16-17) reconhece que seu trabalho é colocado “não com a arte acadêmica de um historiador, mas com o fascínio de um estudioso e pesquisador”.

A não formação acadêmica em História dos referidos autores pode ter implicado na ausência de citação, problematização e/ou confrontação dos vestígios utilizados para entrar em contato com o passado, conforme se percebe no conteúdo de suas produções. Dialogar com as fontes históricas é de fundamental importância para o historiador, já que os indícios podem ser a expressão de interesses políticos e econômicos, dentre outras possibilidades, correspondendo a uma versão ou omissão sobre determinada face do passado. Por outro lado, os autores possuem o mérito de contextualizar o início da construção de Parauapebas.

Em virtude disso, submetemos o projeto de pesquisa *Parauapebas: migração e cidadania (1984-1988)*, com o objetivo de contribuir com a pesquisa sobre a história da emancipação da cidade com base na experiência de parte dos migrantes

que compuseram os aglomerados urbanos em torno do núcleo habitacional de Parauapebas, na década de 1980. Para tanto, pretendemos usar fontes como jornais, fotografias e relatos orais.

O presente trabalho se refere a um dos resultados obtidos até o momento na execução do referido projeto: o levantamento de notícias do jornal *Diário do Pará*<sup>1</sup> por meio do acesso ao site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Entendemos melhor estas notícias, analisando o processo histórico de implantação de Grandes Projetos na Amazônia.

## Em busca do Eldorado...

Conforme Petit (2003: 66-67), “a crise econômica e as mudanças políticas ocorridas em alguns países latino-americanos na década de 30, favoreceram a crescente intervenção do Estado em suas respectivas economias nacionais”, impulsionando “o processo de industrialização pela via da substituição de importações”, trocando “por produtos nacionais parte das manufaturas adquiridas anteriormente dos países industrializados”. Também contribuiu para esse processo, “a brusca queda da demanda internacional de matérias-primas”, as “experiências de planejamento econômico implementado durante esses anos na União Soviética, Alemanha, Itália e nos EUA”, e a “influência exercida, após a Segunda Guerra Mundial, pelos técnicos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), instituição criada pelas Nações Unidas em 1948”.

Para a Cepal, “os países latino-americanos não conseguiriam se desenvolver em níveis econômicos comparáveis aos países que já tinham feito sua Revolução Industrial sem quebrar a tradicional divisão internacional do trabalho”, na qual os países “desenvolvidos” forneciam manufaturas e tecnologia, e as nações “subdesenvolvidas”, matérias-primas e alimentos. Para tanto, “seria necessário iniciar, ou acelerar, a política de substituição de importações, através de incentivos à indústria nacional, fortalecer o mercado interno e diminuir o número total (e/ou percentual) de pessoas vinculadas a atividades primárias” (PETIT, 2003: 67).

Os estudos e as propostas da Cepal “não somente orientaram as políticas desenvolvimentistas de alguns países latino-americanos, mas também estimularam as discussões a respeito das desigualdades socioeconômicas inter-regionais no seio de alguns deles, especialmente no Brasil”. Por meio da política de substituição de importações no plano inter-regional, pretendia-se descentralizar a industrialização

---

<sup>1</sup> “Jornal diário com subtítulo ‘Um jornal da Planície’, tendo como Superintendente Laércio Barbalho. Composto e impresso no Parque Gráfico Novo Pará Ltda” (PARÁ, 1985: 291).

“no Sudeste (especialmente em São Paulo), e evitar que as outras regiões do país continuassem a ser ou se consolidassem como meras fornecedoras de matérias-primas e alimentos para essa região e para o mercado internacional” (PETIT, 2003: 68).

Nesse contexto, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônia (SPVEA), em 1953, que visava “estimular a modernização das atividades agropecuárias e do pequeno parque industrial e a subsidiar a instalação de novas indústrias”, e construída a rodovia Belém-Brasília, “com o objetivo de integrar a Amazônia ao projeto nacional-desenvolvimentista” (PETIT, 2003: 69-75).

A criação da SPEVEA não foi suficiente para impulsionar o desenvolvimento que se pretendia, pois “nem o governo federal, nem os governos estaduais e as prefeituras da região cumpriram, em momento algum, com a obrigação de repassar as verbas definidas para a Amazônia Legal”. Além disso, muitos críticos de diferentes setores mencionavam “a supremacia das maquinações políticas ou clientelismo político sobre as atividades técnicas na aprovação e efetivação dos projetos, a corrupção, a falta de continuidade na aplicação dos recursos e o empreguismo” (PETIT, 2003: 75-77).

O consenso sobre os problemas enfrentados pela SPEVEA e a necessidade de “legitimar as práticas dos governantes que assumiram o governo do Estado brasileiro após o golpe de 1964”, favoreceu a substituição desse órgão pela Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia (SUDAM), em 1966. No mesmo ano, foi criado “o Banco da Amazônia S/A (BASA), principal instrumento para o financiamento das atividades econômicas definidas pela SUDAM” (PETIT, 2003: 78-79).

Petit (2003: 79), ressalta que os “modelos de desenvolvimento econômico implementados pelo Regime Militar na Amazônia não podem ser vislumbrados meramente em seus aspectos socioeconômicos”, uma vez que “para a cúpula das Forças Armadas, a Amazônia era também, ou principalmente, um problema geopolítico”. A criação da SUDAM e do BASA também tinha por finalidade evitar “a ‘cobiça internacional’ sobre a Amazônia, isto é, a ameaça de perder ou enfraquecer o controle dessa parte do território nacional pela ação de outros países”; e que se “instalassem na região focos guerrilheiros, nacionais ou estrangeiros, como de fato aconteceu na região do Araguaia, entre 1967 e 1973, por iniciativa do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”.

Petit (2003: 81) divide em três fases “a política econômica da Administração Federal na Amazônia Legal, desde a criação da SUDAM até o fim do Regime Militar (1985)”. Na primeira, “incentivava-se as atividades agrícolas destinadas ao mercado regional, nacional e internacional, com o intuito de diminuir na região a prepon-

derância das atividades extrativistas e da agricultura de subsistência”, consideradas “como principais responsáveis pelo subdesenvolvimento econômico da região e da sua escassa integração ao mercado internacional”. Na segunda fase, entre 1972-1974, “foi dada prioridade aos projetos de colonização na Transamazônica, aos projetos energéticos e à ampliação da rede viária terrestre”. Na terceira fase, a partir de meados da década de 1970, o governo federal “orientou sua intervenção econômica com base nas vantagens comparativas de que dispunha a Amazônia, em relação a outras regiões do país, para contribuir ao desenvolvimento econômico nacional”.

É na terceira fase que “a exploração e comercialização do minério de ferro e de outros minerais descobertos no Pará converteram-se no objetivo principal da intervenção econômica do Regime Militar na Amazônia” (PETIT, 2003: 98). Para tanto, o governo federal criou, em 1974, o Polamazônia, programa que previa a implantação de diversos polos, com destaque para a produção mineral, ancorando-se “numa visão de desenvolvimento regional que tinha por fundamento a necessidade de concentração espacial de capitais, capazes de produzir desequilíbrios, e, em decorrência destes, impulsionar processos de desenvolvimento”. Neste sentido, destacaram-se os “polos” de Amapá, Trombetas e Carajás (MONTEIRO, 2005: 188).

No “polo do Amapá”, a Icomi implantou uma “usina de pelotização, visando ao aproveitamento da parcela muito fina de manganês”, e a Caulim da Amazônia (Cadam), “criada como parte dos investimentos do milionário norte-americano Daniel Ludwig na área da Jari florestal”, operou como a “primeira empresa dedicada à extração de caulim na Amazônia” (MONTEIRO, 2005: 188).

No “polo de Trombetas”, viabilizaram-se a “extração e a comercialização da bauxita metalúrgica”, principalmente “as jazidas que haviam sido descobertas, ainda na década de 1960, às proximidades do rio Trombetas, no município de Oriximiná, pela empresa canadense *Aluminium Limited of Canada* (Alcan)”, que, em 1972, alegou “condições desfavoráveis ao produto no mercado mundial, paralisando o projeto”. Em virtude disso, o governo brasileiro escalou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para representa-lo no negócio. A CVRD passou a ser a maior acionista da Mineração Rio Norte (MRN), que contou também “com capital de outras empresas, além da Alcan, todas grandes consumidoras de bauxita” (MONTEIRO, 2005: 189)

Na região de Trombetas, a atuação do governo federal não se limitou a viabilizar a extração de bauxita, mas também promoveu “estratégias para realizar a sua transformação em alumina e alumínio primário na própria região”, por meio de “negociações objetivando a formação de uma *joint venture* entre a CVRD e empresas japonesas”, e da criação, em 1973, das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (Eletronorte), “com a finalidade de viabilizar a implantação da Usina Hidrelétrica de

Tucuruí”. Com isso, consolidou-se, em 1978, a Alumínio Brasileiro S. A. (Albras), “*joint aventure* criada como associação entre a CVRD e um consórcio de empresas japonesas”, além da criação da Alumina do Norte do Brasil S. A. (Alunorte) para a produção da alumina (MONTEIRO, 2005: 189).

No “polo de Carajás”, o governo federal criou, em 1980, o Programa Grande Carajás (PGC), que visava concentrar ainda mais recursos estatais e os oriundos de incentivos fiscais e creditícios para financiar obras de infraestrutura, tais como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, “os encargos relativos à linha de transmissão de energia da hidrelétrica até Barcarena (PA), a infraestrutura viária, a portuária e as *company towns* necessárias aos empreendimentos”; e coordenar a execução de projetos como o Projeto Ferro Carajás, a Albras, a Alunorte e a Alumar, já existentes na área (MONTEIRO, 2005: 190).

O sudeste paraense, onde está localizado atualmente o município de Parauapebas, também fazia parte da área de abrangência do PGC. O Programa implementou na região a extração do minério de ferro da Serra dos Carajás, por meio de “uma gigantesca estrutura envolvendo, além da *company town* na Serra dos Carajás, um sistema que abarca minas, instalações de beneficiamento e um pátio de estocagem, as instalações portuárias e a Estrada de Ferro Carajás”, interligando a Serra dos Carajás ao terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão (MONTEIRO, 2005: 190).

Na segunda metade da década de 1960, duas empresas estadunidenses iniciaram programas de prospecção mineral no sudeste paraense com o objetivo de descobrir jazidas de manganês: “a Union Carbide, para suprir suas fábricas de pilhas eletrolíticas, e a United States Steel, para alimentar suas siderúrgicas”. A primeira, localizou os depósitos do Sereno, em 1966, nas proximidades de Marabá. A segunda, descobriu os depósitos de Buritama e as jazidas de ferro de Carajás, que correspondem “à maior concentração de alto teor já localizada no planeta”, distribuindo-se em quatro setores principais: “serra Norte (N1, NN4 e N5), serra Sul (S11), serra Leste e serra de São Félix, no extremo oeste da região” (SANTOS, 2002: 136).

Após a descoberta das grandes reservas de minério em Carajás, o governo brasileiro se associou a United States Steel por meio da CVRD, “criando, para tanto, uma empresa conjunta, a AMZA (Amazônia Mineração), para exploração das minas, ficando a CVRD com 51% do capital e a Meridional (subsidiária da US Steel) com 49%”. A AMZA ficaria encarregada da implantação do Projeto Ferro Carajás (REIS, 2016: 93).

Para Santos (1990: 43), o primeiro “choque do petróleo”, em 1973, influenciou na redução do interesse da US Steel pelo empreendimento, resultando na saída da

sócia estadunidense, “mediante a indenização de 50 milhões de dólares pelos investimentos realizados”, passando a AMZA a ser “constituída exclusivamente de capital nacional, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce”.

Em 1982, a CVRD iniciou a construção de dois núcleos habitacionais em Carajás: a Vila Residencial de N5, “construída em madeira, provisória por excelência, e destinada a abrigar os construtores da obra, do engenheiro ao ajudante de pedreiro”, e o Núcleo Residencial definitivo, “onde hoje se situam as principais instalações comunitárias de Carajás” (TEIXEIRA; SANTOS, 1990: 43).

Além disso, a CVRD optou por construir, do lado de fora do seu Projeto, um núcleo habitacional chamado “Parauapebas”, “devido ao nome do rio que separava sua área da nova cidade”. O núcleo fora “dotado de água tratada, esgotos coletados, luz, hospital (da Fundação SESP), escola (Euclides Figueiredo) e instalações de Subprefeitura, delegacia e cadeia”, com o objetivo de, dentre outras coisas, “criar uma cidade que abrigasse a população que normalmente se instala em redor de um grande projeto”; instalar “todas as repartições de um município, pois, na época, tudo o que se precisava só existia em Marabá, distante mais de 200 km de Carajás” (TEIXEIRA; SANTOS, 1990: 43).

Segundo Reis (2016: 106), em 1981, com a notícia da construção de Parauapebas, “teve início um grande fluxo migratório para a região, uma população que acabou por se fixar às margens da PA-275, além da área planejada”, formando um aglomerado urbano na época conhecido como Rio Verde, em terras do GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, “órgão do governo responsável por assentamentos na região”.

Em 1983, o GETAT “distribuiu lotes agrícolas e abriu ruas no Rio Verde”, para posteriormente “transferir para Marabá a gleba com aproximadamente 150 ha para ‘formação do patrimônio urbano do povoado do Rio Verde do Pará’”. Alguns meses depois, “a Vale fez a doação a Marabá do Núcleo de Parauapebas” (REIS, 2016: 106).

Uma das principais ruas desse povoado era a Rua Curió, atual Rua do Comércio, que fazia “encruzilhada com a PA – 275”. Na entrada desta rua “ficava, de um lado e do outro, apinhada de carros paus-de-arara”, pois “a qualquer notícia de novos e abundantes achados” no garimpo de Serra Pelada, “os trabalhadores locais prontamente se apinhariam nessa rodoviária a céu aberto e para lá se encaminhariam às pressas a fim de fazer fortuna imediata e em poucos golpes de picareta” (ROCHA, 2018: 150-151). Apesar dessa euforia, boa parte dos moradores do povoado do Rio Verde passava por dificuldades, como se percebe no tópico a seguir.

## ... Em Parauapebas

Parte da literatura sobre a história de Parauapebas destaca a “Revolta dos Garimpeiros”, em 1984, e as dificuldades orçamentárias deste núcleo urbano para reverter os prejuízos decorrentes dela. Para Teixeira e Santos (1990: 43), até então, as tensões sociais em Parauapebas “ocorriam apenas por conta dos distantes garimpeiros de Serra Pelada”, os quais, quando “sentiam necessidade de pressionar as autoridades federais e estaduais para um determinado pleito, ameaçavam invadir a área da Vale, por ser ela uma estatal, uma empresa pertencente ao governo federal”.

Reis (2016: 111) contribui com essa ideia, ressaltando que em virtude da demora da aprovação do projeto de lei que conciliava “interesses de estado e da empresa, propondo uma licença para a continuação da garimpagem em Serra Pelada”, em 1984, milhares de garimpeiros “queimaram e destruíram prédios em Parauapebas, imaginando que a vila pertencia à mineradora”.

Reis, inclusive, relaciona esse fato à emancipação de Parauapebas. Segundo o autor, “após o episódio da ‘revolta dos garimpeiros’, Parauapebas procurava se reerguer e seguir seu curso de progresso”. Porém, Marabá não estaria repassando recursos, o que impossibilitaria “a recuperação das instalações públicas destruídas e a administração de um povoado devastado”, fazendo com que tivesse início um “movimento de independência liderado por pioneiros do povoado, que decidem começar uma campanha para emancipação de Parauapebas” (REIS, 2016: 114).

Teixeira e Santos (1990: 44-45), corroboram com essa análise, ao afirmar que “nenhum” dos administradores da subprefeitura de Parauapebas “contou com recursos aplicados por Marabá com que pudesse manter convenientemente a cidade”. Além disso, ressaltam outros fatores que contribuíram para a emancipação, como o crescimento desordenado, por meio de invasões urbanas e rurais, principalmente em áreas pertencentes à Vale e à União.

Reis (2016: 115-117) conta que a luta pela emancipação de Parauapebas teve início em 1985, “mas foi no ano seguinte que realmente tomou força, em função de um acordo feito com o então candidato a deputado estadual Carlos Cavalcante”, que contaria com a votação em massa da população local “e, em contrapartida, assumiria a causa da emancipação”, o que teria se efetivado em 24 de abril de 1988, por meio de um plebiscito, cujo resultado foi “99% de aprovação”. Em 10 de maio de 1988, “o governador do estado, Hélio da Mota Gueiros, sancionou a lei Estadual nº 5.443/88, que criou o município de Parauapebas”. Cinco meses depois, Faisal Salmen foi eleito primeiro prefeito do município”.

Em síntese, na visão dos autores, a implantação do Programa Grande Cara-

jás e a construção do núcleo habitacional de Parauapebas atraíram muitos migrantes que formaram povoados nas proximidades desse núcleo. Os investimentos da prefeitura de Marabá em Parauapebas não eram acompanhados na mesma proporção, o que já teria ficado perceptível com a “revolta dos garimpeiros”, motivando o início de um movimento de emancipação da cidade. No entanto, os autores, aparentemente, desconsideraram algumas notícias de jornais da década de 1980.

Segundo uma notícia do jornal *Diário do Pará*, de 14 de julho de 1984, a CVRD conseguiu reformar e inaugurar o núcleo urbano de Parauapebas, logo após a “Revolta dos Garimpeiros”. A notícia também dizia que o núcleo teria capacidade para uma população de 5 mil habitantes.

Se o referido núcleo possuía a infraestrutura necessária para atender a esse quantitativo populacional, o mesmo não poderia ser dito do aglomerado urbano do “Rio Verde”. Na notícia do jornal *Diário do Pará*, intitulada “Rio Verde não tem melhorias”, de 2 de outubro de 1984, destacava-se que os moradores da localidade não dispunham dos “necessários serviços de infra-estrutura” e passavam “sérias dificuldades”. Por conta disso, o deputado Antonio Teixeira teria dirigido apelo ao governador do Estado, “para que através dos órgãos da administração estadual”, ajudasse a “resolver os problemas daquela área”. Constava na solicitação, “a construção de uma escola com o mínimo de seis salas de aula para atender perto de 1.000 alunos; ligação de energia elétrica” tendo em vista que a linha da CVRD passava “a menos de 200 metros da avenida principal; construção de um prédio para a delegacia de polícia e implantação do serviço de abastecimento de água”. Além disso, a “Telepará” teria solicitado a “instalação de um posto telefônico”.

Os moradores do aglomerado do “Rio Verde” realmente enfrentavam “sérias dificuldades”, o que fica mais claro na notícia “Saneamento básico na área do Grande Carajás” do jornal “Diário do Pará”, de 29 de junho de 1985, segundo a qual a CVRD encerrava nessa data, no “distrito de Parauapebas”, a “Operação Documento”, que atendia a “milhares de pessoas, de ambos os sexos e de todas as idades”. A Operação servia para a “expedição de vários documentos” e “dar atendimento médico e odontológico a uma vasta população carente da região, englobando a vila de Rio Verde”. A Operação se desenvolveu “em conjunto com outros quinze órgãos, municipais, estaduais e federais”, constatando-se “a existência de numerosos tipos de doenças”, como o tracoma, “responsável por um surto endêmico na região”, e a “doença de Chagas”, que tinha “grandes possibilidades de grassar na região, que se constitui em polo de atração do ‘barbeiro’, mosquito transmissor”.

A referida notícia dizia que a Operação fora iniciada no dia 15 de junho, contando com órgãos como a CVRD, a Secretaria de Saúde Pública (SESPA), Car-

tórios de Marabá, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Juizado de Direito, Receita Federal, Associação Comercial e Industrial de Parauapebas e Rio Verde, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), Exército, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e Prefeitura de Marabá. A coordenação estava a cargo da CVRD, tendo à frente Hernani Guimarães Teixeira. Toda a população de Rio Verde e Parauapebas, estimadas em 36000 e 3000 pessoas, respectivamente, “foi acionada e convocada a se fazer presente em Parauapebas”, a fim de que pudesse conseguir documentos que na maioria dos casos as pessoas residentes na área não possuíam.

A notícia do jornal *Diário do Pará* também esclarece que “quase duzentas pessoas trabalharam na execução da Operação Documento”, para a expedição de títulos de eleitor, Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, Carteira de Identificação do Contribuinte, Carteira de Identidade e Carteira Profissional; além de “atendimento médico e odontológico, coleta de material para exames, aplicação de vacinas e injeções e distribuição de medicamentos”. Somava-se a isso, os médicos que “pronunciaram palestras, versando sobre saúde, educação”, e o promotor público de Marabá, Francisco Barbosa de Oliveira, que falou sobre violência.

A notícia destaca a visão do coordenador da “Operação Documento”, Hernani Guimarães Teixeira, segundo o qual a população da região era carente de tudo: “de saúde, de escola, de segurança e de lazer”. Hernani equipara a expectativa de vida dessa população com a do “tamanduá, do jabuti”, pois “hoje estão vivas e amanhã poderão morrer”. O coordenador declarou ainda que “a população da área é sofrida e que na sua maioria chegou até Parauapebas e Rio Verde na esperança de dias melhores, principalmente depois que a televisão deu grande publicidade para todo o país, quando da inauguração da Ferrovia dos Carajás”.

Havia interesses econômicos na “Operação Documento”. Segundo a referida notícia, a população deveria estar preparada para o recebimento de “dezesseis usinas de ferro gusa e de dez a doze usinas de ferro liga, de médio porte”, e para a instalação do SENAI, que ministraria “cursos profissionalizantes, a fim de formar a mão-de-obra necessária para operar nessas usinas”. Com esse planejamento, a CVRD esperava “formar um cinturão em torno do Projeto Carajás de mão-de-obra capaz de absorver o mercado de trabalho que se oferecerá, evitando com isso que seja preciso trazer-se operários de outros centros”.

Não seria fácil alcançar esse objetivo. A notícia do jornal “*Diário do Pará*” ressalta que Parauapebas e Rio Verde eram áreas endêmicas de tracoma, “sendo registrados 260 casos em 1361 pessoas examinadas”. Além disso, a área era um polo de atração de doenças de Chagas, pois estavam “chegando pessoas de áreas endêmicas

dessa doença, como de Minas Gerais, São Paulo e Goiás”, e a equipe médica “constatou a existência do ‘barbeiro’, mosquito transmissor da doença”. Em outras “215 pessoas examinadas”, verificou-se “21 casos de sífilis; dois casos de tuberculose em 113 pessoas; 24 casos de leishmaniose em 55 pessoas examinadas”.

A referida notícia também destaca a presença de prostíbulos em “Rio Verde”, onde existiam “180 casas” que exploravam a “prostituição” e “centenas de prostitutas” que cobravam dos garimpeiros “o mínimo de cinquenta mil cruzeiros por meia hora de ‘amor’”. Nesse contexto, “o risco de se contrair uma doença venérea” era da ordem de “100 por cento”, e o remédio mais vendido em Parauapebas e em Rio Verde era o “Tetrex”<sup>2</sup>.

Para Rocha (2018: 144-146), “os muitos problemas de saúdes não foram os únicos a dificultar a arregimentação de mão-de-obra para a execução dos trabalhos de infraestrutura da CVRD”. O autor também destaca “o fato de a população local e de outros povoados terem tido o desejo de ir para o garimpo”, uma vez que os “futuros empregados braçais não pretendiam trabalhar regular e rotineiramente, isto é, de segunda a sexta, ou até mais”, tornando-se “uma ameaça à rotina de trabalho exigida nas grandes construções porque seu pequeno funcionário temporário, a qualquer instante, poderia, sem prévio aviso, abandonar suas tarefas de empregado fichado para se aventurar em algum garimpo amazônico”.

Parte dos rodoviários da CVRD também entrava em conflito com a lógica capitalista de disciplina no trabalho<sup>3</sup>. Em 6 de novembro de 1985, o jornal *Diário do Pará* anunciava a “assinatura de um termo aditivo, entre o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Pará e a MCO Empreendimentos e Participações Ltda.”, que “pôs fim à greve que durou cinco dias, mobilizando 420 motoristas da MCO”, empreiteira da Companhia Vale do Rio Doce, “na Serra dos Carajás”. Entre as conquistas dos trabalhadores estavam “folga de campo remunerada de uma semana após três meses de trabalho ininterrupto; pagamento de um adicional de 75 por cento sobre as horas extras realizadas nos domingos e feriados; e o não arbitramento de nenhum tipo de punição aos grevistas”. O termo garantia ainda “o fornecimento gratuito de uniformes completos” e “promessa de gestão junto à CVRD no sentido de obter alojamento para todos os motoristas”, pois parte deles residia “fora da Serra dos Carajás: em Parauapebas”.

Outras tensões sociais eram referentes à ocupação de terra. Segundo a notí-

<sup>2</sup> Indicado no “tratamento de infecções uretrais, endocervicais ou retais não complicadas em adultos causadas pela *Chlamydia trachomatis*”, podendo também ser usado no tratamento de tracoma, “embora o agente infeccioso não seja sempre eliminado, conforme evidências fornecidas por imunofluorescência” (BRISTOL, 2011).

<sup>3</sup> Para Thompson (1998: 298), “na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido,

cia do jornal *Diário do Pará*, de 29 de abril de 1986, “uma comissão de dirigentes do Incra, Iterpa e Getat” estaria viajando para o distrito de Parauapebas “com o objetivo de tentar uma solução para o caso da invasão da gleba Ampulheta”. A comissão manteria contato com os posseiros “na tentativa de se chegar a um acordo”, para que fosse “efetuado o assentamento dos colonos sem terra”, uma vez que os agricultores vinham sendo ameaçados pelos pistoleiros, “a mando dos grandes latifundiários”. Em contrapartida, “os colonos, em número de mil”, ameaçavam “invadir a gleba”, o que poderia ocasionar “sério conflito armado com a perda de vidas”, exigindo das instituições envolvidas a realização da “discriminatória das terras da gleba Ampulheta”.

Apesar dos problemas sociais acima apontados, as justificativas que aparecem na notícia do jornal *Diário do Pará*, de 12 de março de 1987, acerca da emancipação de Parauapebas, referiam-se à dimensão territorial do estado do Pará e ao quantitativo populacional do distrito dependente de Marabá. Segundo a notícia, o deputado Carlos Cavalcante dava como exemplo o estado de Goiás, “que possui 226 municípios para uma área de 642.092 quilômetros quadrados, enquanto que o Pará com 1,2 milhão de quilômetros quadrados possui somente 87 municípios, sendo que alguns deles são maiores que países da Europa”. Além disso, o deputado “mostrou que Parauapebas possui núcleo urbano com uma população de 50 mil habitantes, compreendendo o povoado do Rio Verde, formando um só núcleo habitacional”, com uma infraestrutura que dispunha de rodovia asfaltada, escolas, hospitais, energia elétrica, rede de distribuição de água, saneamento básico, etc.

Mesmo com essa infraestrutura, as tensões sociais permaneciam. Em 10 de abril de 1987, o jornal *Diário do Pará* anunciava que a “Companhia de Parauapebas, da Polícia Militar do Estado, composta por cerca de 30 homens”, havia seguido para “Salobo, o ponto onde cerca de 250 invasores se instalaram em terras da Companhia Vale do Rio Doce”. O então governador do Pará, Hélio Gueiros, teria ordenado a retirada dos “invasores”, no entanto, informou à imprensa que tentaria, junto ao GETAT, o “remanejamento” destes sujeitos “para uma área onde eles possam ficar”, pois estavam “tentando chamar a atenção para a situação deles”. A “invasão” teria começado na “noite de 3 para 4 de abril, às margens do rio Parauapebas”, onde “os invasores, a partir daí, abriram picadas por 6 quilômetros em direção aos contrafortes da Serra de Carajás”. A área invadida correspondia a 411 mil hectares, “cedida à CVRD para direito de exploração mineral”.

Da notícia de 2 de julho de 1987, do jornal *Diário do Pará*, infere-se que havia outros episódios de conflitos entre posseiros e CVRD. Conforme a notícia,

---

negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’”.

“por proposta do deputado estadual Asdrubal Bentes”, seria realizada uma ampla reunião da qual tomariam parte “o diretor do Incra, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, um representante da Polícia Militar, outro da Cia Vale Rio Doce, além dos deputados estaduais e federais que militam na região”, motivada pela preocupação com o “clima de violência e intranquilidade existente em Parauapebas, gerados pelos conflitos de terra entre posseiros e a Cia. Vale do Rio Doce”. Esperava-se que desse encontro surgissem “soluções alternativas de modo a conciliar os interesses da empresa e a pretensão de milhares de pessoas que precisam de um pedaço de terra para trabalhar”, pois a situação poderia evoluir para “um conflito armado entre posseiros e seguranças da Vale e policiais militares com a possibilidade de muitas mortes”.

A proliferação de doenças também continuava, e a própria estrutura do hospital facilitava isso. Conforme notícia do jornal *Diário do Pará*, de 24 de agosto de 1987, o deputado Giovanni Queiróz “tomou conhecimento” que na Unidade Hospitalar da Fundação SESP, em Parauapebas, “teria ocorrido mortes de pessoas” que procuravam “o Hospital para se tratar e acabaram contraindo infecção ao serem internadas”. Em virtude disso, o parlamentar “entrou com requerimento” junto à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa solicitando que fosse “expedido atencioso Ofício ao Superintendente da Fundação SESP”, para que essa direção mandasse “proceder a um levantamento geral das atuais condições do Hospital”, apurando as denúncias que eram efetuadas e “evitando-se que novos fatos lamentáveis como esse” viessem a se “repetir”.

Outro problema era o saneamento básico. A notícia do jornal *Diário do Pará*, de 18 de setembro de 1987, enfatizava que era “tão grande a falta de projetos em saneamento básico nos municípios do sul do Pará”, que o tema foi destaque do “I Encontro de Prefeitos” desta região. Na ocasião, o presidente da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), engenheiro Haroldo Araújo, informou que a Companhia não estava “em condições de assumir o fornecimento de água para o povoado de Parauapebas”. Em contrapartida, “o ex-presidente da Câmara Municipal de Marabá, Ernesto Coimbra, protestou da plateia”, dizendo que a população de Marabá não poderia mais “beber água do Tocantins e do Itacaiunas” como vinha fazendo, devido à “completa” poluição do rio, “inclusive com doses alarmantes de mercúrio”.

Observadas estas notícias, percebe-se que a emancipação de Parauapebas em 1988, estava longe de ter uma relação direta com a “Revolta dos Garimpeiros” ocorrida em 1984. Após esta revolta, o núcleo urbano de Parauapebas logo fora reformado e inaugurado. A partir de então, as notícias falam de problemas de saneamento básico e disseminação de doenças principalmente no povoado do Rio Verde, além de tensões sociais por melhores condições de trabalho e pela posse da terra. A

história de Parauapebas na década de 1980, portanto, está muito além da mineração.

## Considerações Finais

O projeto “Parauapebas: migração e cidadania (1984-1988)” não é o único que vem lançando novos olhares sobre a história de Parauapebas. Recentemente, foi publicado o livro “À margem do Projeto Ferro Carajás: uma pequena contribuição à história social e cultural de Parauapebas (1980-2004)”, de Avone Rocha, que dentre outras coisas trata do contraste entre a lógica do grande capital e a dos garimpeiros que viviam na cidade, bem como da participação feminina no processo de formação do município ao serem “abandonadas” por seus maridos, além de problematizar o conceito de “peão de trecho”, referente aos homens que saíam do seio de suas famílias à procura de riquezas e ou de um melhor conhecimento sobre o Brasil.

Portanto, os estudantes locais terão menos dificuldades para encontrar fontes e dados sobre a história de Parauapebas, contribuindo para um melhor entendimento de seu tempo e lugar, por meio da compreensão do processo histórico e da identificação das diferenças e semelhanças entre passado e presente.

## Referências

ASDRUAL organiza reunião em Marabá. *Diário do Pará*. Belém, ano 4, n. 1444, 2 jul. 1987. Política Local, p. 3.

CHEGA ao fim a greve dos rodoviários: Vale. *Diário do Pará*, Belém, ano 3, n. 923, 6 nov. 1985. Local, p. 6.

CRIAÇÃO do novo estado é apreciada. *Diário do Pará*. Belém, ano 4, n. 1334, 12 mar. 1987. Política Nacional, p. 4.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. “Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005.

PARÁ. Biblioteca Pública. *Jornais Paraoaras*: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

PETIT, Pere. *Chão de promessas*: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2013.

QUEIROZ denuncia proliferação de doenças em Parauapebas. *Diário do Pará*. Be-

lém, ano 5, n. 1498, 24 ago. 1987. *Política Nacional*, p. 3.

RIO VERDE não tem melhorias. *Diário do Pará*. Belém, ano 2, n. 589, 2 out. 1984. *Política*, p. 3.

REIS, Miguel. *A História de Parauapebas: força e trabalho no Carajás*. Parauapebas, 2016.

ROCHA, Avone José Araújo. *À margem do Projeto Ferro Carajás: uma pequena contribuição à história social e cultural de Parauapebas (1980-2004)*. Goiânia: Kelps, 2018.

SANEAMENTO BÁSICO na área do Grande Carajás. *Diário do Pará*, Belém, ano 3, n. 813, 29 jun. 1985. *Local*, p. 8.

SANTOS, Breno Augusto dos. “Recursos Minerais da Amazônia”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 123-152, 2002.

SOLUÇÃO para o caso Ampulheta. *Diário do Pará*, Belém, ano 3, n. 1068, 29 abr. 1986. *Urgente*, p. 2.

TEIXEIRA, H. G.; SANTOS, B. A. dos. A História do Município de Parauapebas. In: PARAUAPEBAS. Prefeitura Municipal. *Cadernos de Educação: órgão informativo da Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas (SEMED)*, 1990, n. 2, p. 24-45.

BRISTOL. Tetrex. *Medicinanet*, Porto Alegre, 25 nov. 2011. Disponível em: < <https://bula.medicinanet.com.br/bula/5018/tetrex.htm> >. Acesso em: 29 out. 2019.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROPA da PM garante área da Vale. *Diário do Pará*. Belém, ano 4, n. 1363, p. 1, 10 abr. 1987.

VALE abre nova fase no Pará. *Diário do Pará*, Belém, ano 2, n. 520, 14 jul. 1984. *Nacional*, p. 6.

*Artigo recebido em 28/09/2019, aprovado em 31/10/2019.*